Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte Diário de Cuiabá (MT)
Data 1/10/1997 Pg
Class. 103

LUX JORNAL
DIÁRIO DE CUIABÁ
CUIABÁ — MT
PUBLICADO EM:
* 1 OUT 1997

INDIOS/SOJICULTORES 4468

Suspensa audiência sobre parceria em terras parecis

SÉRGIO ROBERTO
Da Sucursal de Tangará da Serra

A parceria agrícola entre produtores rurais e comunidade indígena na reserva Pareci, em Campo Novo do Parecis, está suspensa pelo menos até a aprovação do projeto de lei complementar federal nº 260/90 pelo Congresso. Com isso, fica cancelada a reunião que iria acontecer entre índios, Funai, Ministério Público e pretensos parceiros, nos próximos dias 4 e 5, em Campo Novo dos Parecis. A informação foi dada ontem pelo procurador da República Roberto Cavalcanti.

Segundo ele, ainda há um longo caminho a ser percorrido até a consolidação de um projeto de parceria agrícola em terras indígenas, o que até o momento está sendo inviabilizado pela falta de uma legislação adequada, pela falta de estudos econômicos, antropológicos e de impacto ambiental.

A parceria também fica comprometida por causa dos inquéritos instaurados contra três dos possíveis parceiros, no caso a Prefeitura de Campo Novo do Parecis, Coomivale (Cooperativa Agropecuária Mista Vale do Seputuba), e Comércio de Produtos Agrícolas Ferrarin Ltda _ Agrofel, sendo estas duas empresas de Tangará da Serra.

O projeto de lei complementar federal 260/90, de autoria do senador Nelson Carneiro, irá incluir disposições no artigo da Constituição que veta a exploração de solos, águas e riquezas naturais, exceto em casos de relevante interesse público da União. O projeto tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília, e está sob apreciação da Comissão de Justiça e Redação Final.

Segundo o procurador Roberto Cavancalti, não há como permitir a realização de parcerias entre índios e produtores sem o amparo da lei, o que não existe atualmente. "A lei sequer prevê estradas federalizadas na área indígena", afirmou. O procurador da República disse ainda que, no caso de uma reserva indígena, o que deve ser mais levado em conta é justamente o bem estar do índio, a sua qualidade de vida, a sua cidadania.

"Ocorre que muitos tentam tirar vantagem de tudo. Mas, posso dizer que a intenção do Ministério Público não é, em hipótese alguma, impedir entendimentos que venham a ser vantajosos para ambos os lados, mas sim garantir uma parceria adequada, dentro do que prevê a lei, e sem prejuízos aos índios e à biodiversidade da região em questão. Há uma mentalidade que precisa ser reciclada. Não se faz uma parceria como esta de uma hora para outra", concluiu Cavalcanti.

PREFEITURA - Em relação ao inquérito instaurado contra a prefeitura de Campo Novo do Parecis, que descumpriu as determinações judiciais proibitivas quanto às suas atividades na área de Reserva Indígena dos Parecis, ainda falta apurar as responsabilidades e o caso estará sob tutela da Procuradoria da União em Brasília. Caso outra pessoa venha a ser responsabilizada, irá responder na Procuradoria Regional, em Cuiabá.

A assessoria jurídica da Prefeitura de Campo Novo do Parecis afirmou não ter conhecimento completo acerca do caso. "Começamos há poucas semanas aqui na prefeitura e teremos de ir até Cuiabá para tomar ciência dos fatos", afirmou o procurador do município, Hamilton Roca.